

Relato da Conferência Água - Desafios do Futuro

Duarte Baltazar

Informação Televisão

SESSÃO PLENÁRIA 1 - POLÍTICAS LOCAIS E GOVERNANÇA

A primeira sessão plenária focou-se na importância da gestão multinível para melhor definição das políticas de eficiência hídrica.

A caracterização hidrológica do Algarve relevou uma redução de 29% da precipitação desde 2012 e que, em 2024, o valor deverá fixar-se nos 37%; a interanualidade das reservas de água nas albufeiras registou uma descida gradual desde 2018, até deixar de verificar-se em dezembro de 2023; o Algarve tem 13 massas de água subterrânea em estado crítico, um cenário mais alarmante do que em 2022 e 2005.

Foram sublinhados os resultados positivos das medidas de eficiência hídrica no concelho de Loulé e os investimentos do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, que prevê a poupança anual de 76 hm³ de água na região; destacou-se a instalação de uma central dessalinizadora em Albufeira, as obras de minimização das perdas de água em circuito urbano e o recurso às águas para reutilização (ApR).

A respeito da barragem e aproveitamento hidroagrícola do Alqueva, foi abordada a prática de rega ultraeficiente e apresentado um projeto em curso, que prevê a instalação de painéis solares flutuantes nas águas da albufeira.

A influência do setor agrícola na escassez de água do Algarve dividiu alguns membros do painel. Vitor Aleixo considerou que a agricultura praticada no Algarve não tem “qualquer sentido nem sustentabilidade” e propôs “proibir o crescimento das áreas agrícolas”, posição fortemente contestada por Pedro Valadas Monteiro, que sublinha a importância da agricultura na “soberania nacional”

e conservação da paisagem, bem como os esforços que os agricultores têm feito ao longo dos anos agricultores na poupança de água.

SESSÃO PLENÁRIA 2 - NOVAS ORIGENS: DESSALINIZAÇÃO

A segunda sessão plenária debruçou-se sobre a dessalinização de água para fins potáveis. O único exemplo de abastecimento público em Portugal é a unidade da ilha de Porto Santo, na Madeira, cujas condições edafoclimáticas são particularmente críticas e justificam também o recurso a águas para reutilização; foram apresentados projetos em curso, que visam a redução dos consumos energéticos associados à dessalinização em Porto Santo.

Foi feita uma apresentação atualizada do projeto de central dessalinizadora no Algarve, financiado pelo PRR em 90 milhões de euros e que deverá produzir anualmente um máximo de 24 hm³ anuais, bem como um ponto de situação dos investimentos relativos às águas para reutilização (ApR), estimados em 23 milhões de euros. Ambos os projetos suscitam desafios, como a intrusão salina nas condutas de ApR ou a laboração contínua do sistema de osmose inversa, cuja água produzida será (ou perspectiva-se que seja) mais cara para o consumidor final. Levantaram-se dúvidas sobre quem deve pagar os custos operacionais da dessalinização, se o consumidor urbano ou o regante (que beneficiará de um “excedente” nas águas superficiais).

SESSÃO PLENÁRIA 3 - ÁGUA E TERRITÓRIO

A terceira sessão plenária propôs-se a relacionar a escassez hídrica com uma série de outras variáveis territoriais, biofísicas, urbanísticas e administrativas/políticas. Houve oportunidade para sublinhar a importância do solo e o seu potencial na retenção de água e a importância dos sistemas de informação, como o Projeto TER-AGUA, para melhor gestão das bacias hidrográficas do país.

SESSÃO PLENÁRIA 4 - NOVAS ORIGENS: POMARÃO/FOUPANA

A quarta sessão plenária abordou, à semelhança da segunda, novas origens de água para o Algarve, que têm sido discutidas como como possíveis

soluções e que se encontram já em fase de estudo, como sejam a captação do rio Guadiana, feita na zona do Pomarão (Mértola), ou a construção da barragem da Foupana, que divide opiniões. Foram apresentados os desafios e resultados positivos da empresa pública Inframoura, como entidade gestora do abastecimento em baixa em Vilamoura, no que à eficiência hídrica diz respeito.

SESSÃO PLENÁRIA 5 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E GESTÃO INTEGRADA DA ÁGUA

Na quinta e última sessão plenária, houve oportunidade para sublinhar a importância, na gestão integrada da água, das políticas públicas e de regulação, como incentivos fiscais e subsídios, bem como do diálogo entre stakeholders, das tecnologias de sensorização e proteção eficaz dos ativos elétricos contra incêndios (como formas de reduzir custos operacionais), das comunidades urbanas de água (com aproveitamento de águas pluviais, que em Portugal está muito atrasado), dos sistemas de drenagem sustentável, do nexo água-energia-nutrientes nos sistemas urbanos, da digitalização do setor da água, das soluções baseadas na natureza, da adaptação social e da coesão nacional.